

Exame de Finanças Públicas (2.º Ano - Turma A)

20/6/2024

Grelha de correção

Grupo I

“Ao longo do primeiro trimestre do corrente ano (2024), o saldo global das Administrações Públicas (AP) passou de um excedente de 1177 milhões de euros para um défice de 259 milhões de euros, situação que não se verificava desde dezembro de 2022 e que representa uma diminuição de 5317,5 milhões de euros face ao verificado no mesmo período do ano anterior. Este défice resultou dos efeitos conjugados da diminuição da receita (7,4%) e do acréscimo da despesa (15,1%)”.

Direção-Geral do Orçamento, Síntese da Execução Orçamental, abril de 2024

Responda às seguintes questões:

1. Comente a frase, indicando as razões por detrás da evolução descrita.

O saldo global (SG) exprime a diferença entre receitas efetivas (RE) e despesas efetivas (SG = RE-DE). A passagem de uma situação de excedente para uma situação de défice significa que, antes, as RE eram superiores às DE (RE>DE) e agora a situação inverteu-se, as RE<DE. Tal como explicado, a situação ocorreu pela conjugação de dois fatores: primeiro, a diminuição da receita (por ex. receita fiscal); segundo, aumento da despesa (ex. despesa de pessoal ou despesa com prestações sociais).

2. Quais são as ‘Administrações Públicas’ referidas no texto?

Administração Central e Segurança Social (explicitando)

Administração Regional (explicitando)

Administração Local (explicitando)

3. Distinga entre contabilidade pública e nacional e diga em qual das óticas se inserem os valores apresentados no texto.

A contabilidade orçamental pública corresponde a uma ótica de caixa, em que são considerados os recebimentos e pagamentos ocorridos em dado período.

A contabilidade nacional corresponde a um quadro contabilístico que descreve de forma sistemática e pormenorizada uma economia, as suas componentes e as suas relações com outras economias na sua totalidade. Na União Europeia, baseia-se num quadro legal composto pelo Sistema Europeu de Contas (SEC 2010), pelas regras adicionais constantes do Manual do Déficit e da Dívida das Administrações Públicas e por orientações adicionais publicadas pelo Eurostat. Em contas nacionais, o critério de definição do universo segue a ótica económica, contrariamente à ótica da contabilidade orçamental pública, onde prevalece a classificação jurídico-institucional das entidades públicas.

Os valores do texto inserem-se na ótica da CP, que é uma ótica de caixa.

4. Diga o que entende por receita corrente e por receita de capital, exemplificando.

Receitas correntes incidem sobre o património não duradouro da entidade, provêm de ganhos do período orçamental e esgotam-se no período de um ano. São aquelas que, regra geral, se renovam em todos os períodos de relato. Exemplos: receita fiscal, juros, rendas.

Receitas de capital alteram o património duradouro da entidade. Exemplos: vendas de imóveis e empréstimos.

5. Assumindo que o valor dos juros pagos seria de 1400 milhões de euros, qual seria o sinal do saldo primário?

Como anteriormente dito, SG é a entre o total das RE e o total das DE. Já o saldo primário é diferença entre o total das RE e a despesas efetivas subtraídas dos juros da dívida pública ($SP = RE - (DE - JDP)$).

Considerando que, no período em causa, o saldo global é negativo (-259ME) e considerando a ordem de grandeza muito superior dos juros a pagar (1400ME), a subtração do valor destes juros à despesa efetiva teria de implicar a obtenção de um SP positivo (como de facto sucedeu).

6. Relacione o saldo orçamental com a dívida pública.

Saldo orçamental corresponde à diferença entre receitas e despesas, ao passo que a dívida pública é o conjunto das responsabilidades do Estado (passivos financeiros).

Existem duas óticas preferenciais para apurar a dívida pública, a ótica de Maastricht e a ótica do SEC 2010. A dívida pública na definição/ótica de Maastricht corresponde à definição de dívida das Administrações Públicas relevante no contexto da supervisão orçamental europeia. Trata-se de um conceito de dívida consolidada bruta valorizada em termos nominais. Este conceito diverge do stock total de passivos definidos no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC), quer no que concerne aos instrumentos contabilizados, quer em termos de critério de valorização. Trata-se de um conceito menos abrangente que não inclui, entre outros instrumentos financeiros, as ações e outras participações, os derivados financeiros, nem outros débitos/créditos, muito em particular as dívidas comerciais. Este conceito de dívida adota como regra de valorização o valor nominal, ou seja, o valor que a administração pública (emite/vedor) deverá amortizar no termo do contrato. O limite estabelecido protocolo anexo ao Tratado de Funcionamento da União Europeia é de 60% do PIB (Glossário CFP)

Os dois conceitos estão relacionados. Em termos imediatos, a obtenção de um saldo orçamental negativo aumenta as necessidades de financiamento líquido do Estado, ou seja, o Estado terá de recorrer ao crédito, logo à dívida para se financiar. Em termos intertemporais, a dinâmica da dívida pública está dependente de dois fatores principais: i) efeito dinâmico (taxa de juro implícita – taxa de crescimento da economia, ou seja, $r-g$); ii) saldo primário, ou seja, do desempenho orçamental. Logo, a trajetória a curto e médio prazo da dívida pública (ou seja, aumento, diminuição ou estabilização desta) é influenciada pelo saldo orçamental. Tudo o resto constante, quando o saldo primário melhora, a dívida pública diminui; quando o saldo primário se deteriora, a dívida pública aumenta.

“Na realização da sua missão, o Tribunal de Contas contribui para o desenvolvimento sustentável das finanças públicas”.

Tribunal de Contas, sítio da internet.

1. Explícite, considerando as competências do Tribunal de Contas, de que forma este contribui para o desenvolvimento sustentável das finanças públicas.

Nos termos do artigo 5.º da Lei de Organização e Processo do TC, a este compete por exemplo:

- Dar parecer sobre a Conta Geral do Estado, incluindo a da segurança social, bem como sobre a conta da Assembleia da República;
- Fiscalizar previamente a legalidade e o cabimento orçamental dos atos e contratos de qualquer natureza que sejam geradores de despesa ou representativos de quaisquer encargos e responsabilidades, diretos ou indiretos (visto);
- Verificar as contas dos organismos, serviços ou entidades sujeitos à sua prestação;
- Julgar a efetivação de responsabilidades financeiras de quem gere e utiliza dinheiros públicos, independentemente da natureza da entidade a que pertença, nos termos da presente lei.

No âmbito da concretização destas competências, o TC apura da legalidade e bem assim do mérito de um conjunto de atos sujeitos à sua apreciação. Ao fazê-lo, contribui para a utilização adequada, rigorosa e sustentável dos recursos públicos.

2. Diga o que entende por princípio da sustentabilidade das finanças públicas, à luz do disposto na Lei de Enquadramento Orçamental.

De acordo com o n.º 2 do artigo 11.º da LEO, “entende-se por sustentabilidade a capacidade de financiar todos os compromissos, assumidos ou a assumir, com respeito pela regra de saldo orçamental estrutural e da dívida pública, conforme estabelecido na presente lei.”

O princípio da sustentabilidade orçamental remete para uma dimensão de longo prazo das finanças públicas, pelo que se articula com o princípio da equidade intergeracional previsto no artigo 13.º da mesma lei. Existem áreas de atuação que têm uma especial relevância para a sustentabilidade das finanças públicas: desde logo, a dívida direta do Estado.

3. Indique uma outra instituição cuja missão seja também a de zelar pela sustentabilidade das finanças públicas, nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental.

É o Conselho das Finanças Públicas, cuja missão, nos termos do artigo 7.º da LEO, é a de “pronunciar-se sobre os objetivos propostos relativamente aos cenários macroeconómico e orçamental, à sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas e ao cumprimento da regra sobre o saldo orçamental, da regra da despesa da administração central e das regras de endividamento das regiões autónomas e das autarquias locais previstas nas respetivas leis de financiamento”. Trata-se de uma entidade administrativa independente, com funções de monitorizar a política orçamental, por ex. verificando o cumprimento das regras orçamentais e sinalizando riscos para a sustentabilidade das finanças públicas.

4. Indique duas medidas, no âmbito das políticas públicas ou da gestão orçamental, que podem favorecer a sustentabilidade das finanças públicas.

No âmbito das políticas públicas – Exs.: i) controlo da dívida pública – consolidação orçamental; ii) pensões – medidas que visam conter o crescimento da despesa, no longo prazo, com o pagamento de pensões

No âmbito da gestão orçamental - Exs. i) Reforço da programação orçamental e dos instrumentos de gestão da despesa no médio-longo prazo; ii) Identificação de riscos orçamentais ou de riscos para as finanças públicas (e.g. responsabilidades contingentes); iii) Exercício de revisão da despesa (Spending Review).

Cada pergunta tem a cotação de 2 valores.